

**BANCO RCI BRASIL**

**BANCO RCI BRASIL S.A.**

CNPJ nº 62.307.848/0001-15

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas:**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

**Mercado de Atuação**

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

**Eventos Societários**

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) realizada em 4 de maio de 2018, foi aprovada a proposta da Diretoria de distribuição e pagamento de dividendos complementares provenientes do lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, com base na Reserva de Reforço de Capital de Giro, no valor de R\$48.811 (R\$114,94 por ação ordinária e R\$126,44 por ação preferencial, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 11 de maio de 2018.

Na RCA de 28 de abril de 2017, foi aprovado a distribuição de dividendos com base na Reserva para Reforço do Capital de Giro no valor de R\$210.000 (R\$494,53 por ação ordinária e R\$543,98 por ação preferencial, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 2 e 4 de maio de 2017.

**Patrimônio Líquido e Resultados**

O patrimônio líquido atingiu R\$1.170 milhões em 30 de junho de 2018, apresentando evolução de 0,1% em relação a R\$1.169 milhões em 30 de junho de 2017. Em 30 de junho de 2018, o lucro líquido apresentado no período foi de R\$99 milhões (30/06/2017 - R\$79 milhões).

**Ativos e Passivos**

Em 30 de junho de 2018, os ativos totais atingiram R\$10.583 milhões e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante de R\$8.927 milhões, os quais, reduzidos do valor residual garantido das operações de arrendamento mercantil registrado no passivo, no valor de R\$1.209 milhões, representam uma carteira líquida de R\$7.718 milhões.

Em 30 de junho de 2018, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$2.160 milhões, recursos de aceites cambiais em R\$1.266 milhões e letras financeiras em R\$3.397 milhões.

**Conjuntura Econômica**

O Banco RCI Brasil destaca que os últimos meses apresentaram muita volatilidade no mercado brasileiro, com forte movimento na taxa de câmbio, bolsa de valores e curva de juros. Na visão do Banco RCI Brasil, essas mudanças refletiram tanto aspectos domésticos quanto internacionais.

No cenário global, o Banco RCI Brasil avalia que as discussões comerciais entre Estados Unidos e China ainda não chegaram a uma conclusão e têm sido um dos principais motivos para o aumento da aversão a risco no mundo. Além disso, na visão do Banco RCI Brasil, os dados positivos da economia americana levam o mercado a alimentar expectativas de altas adicionais dos juros por lá, impactando os países emergentes. A combinação desses fatores, na análise do Banco RCI Brasil, explica o movimento de fortalecimento do Dólar em relação à maioria das moedas, inclusive o Real.

No que diz respeito aos fatores internos, o Banco RCI Brasil acredita que as incertezas sobre o quadro eleitoral continuam como um dos principais motivos por trás das oscilações nos mercados. Como exemplo, a taxa de câmbio teve desvalorização superior a 15% no segundo trimestre, levando o Bacen a realizar intervenções (principalmente no final de junho, via oferta superior a US\$35 bilhões em swaps cambiais) para mitigar os movimentos da moeda. O Banco RCI Brasil segue prevendo que a taxa de câmbio encerrará 2018, a R\$/US\$3,50, devido à dissipação das incertezas com as eleições, mas com muitas oscilações até lá.

Já sobre a atividade produtiva, o Banco RCI Brasil ressalta que as projeções do mercado têm sido reavaliadas para baixo, principalmente após a paralisação do transporte de cargas que ocorreu no final de maio. Mas, na visão do Banco RCI Brasil, isso não quer dizer que haverá recessão na economia brasileira; a expectativa ainda é de crescimento, mas ele deve acontecer de forma mais lenta do que era esperado no início de 2018. Com isso, o Banco RCI Brasil reforça que a elevada oscilância dos fatores de produção na economia doméstica não deverá ser eliminada nos próximos trimestres, o que sustenta o cenário de inflação dentro da meta neste e no próximo ano e, consequentemente, manutenção da taxa Selic em patamares baixos por mais algum tempo. O Banco RCI Brasil projeta elevação da taxa básica de juros somente no segundo semestre de 2019. As expectativas do Banco RCI Brasil para o final deste e do próximo ano são de 6,50% a.a. e 7,50% a.a., respectivamente.

Essas projeções de inflação e juros baixos do Banco RCI Brasil têm como premissa a continuidade da agenda de reformas na economia brasileira, sobretudo no campo fiscal. De fato, o Banco RCI Brasil reforça a avaliação de que a disposição e capacidade do próximo governo em buscar a estabilização da dívida pública, bem como de manter uma política econômica sustentável, serão fundamentais para que o país entre em uma trajetória de desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

**Outras Informações**

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (Nota 26.a).

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, o Banco RCI Brasil informa que no período final de 30 de junho de 2018, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

Ademais, o Banco RCI Brasil confirma que a KPMG Auditores Independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

**Agradecimentos**

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 10 de agosto de 2018.  
**O Conselho de Administração**  
A Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/6/2018	30/6/2017		Nota	30/6/2018	30/6/2017
<b>Ativo Circulante</b>		<b>4.952.605</b>	<b>4.375.103</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>3.563.291</b>	<b>4.692.922</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	<b>29.437</b>	<b>40.937</b>	<b>Depósitos</b>		<b>763.632</b>	<b>791.072</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	4	<b>140.188</b>	<b>161.040</b>	Depósitos à Vista		4.681	3.026
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		140.188	161.040	Depósitos Interfinanceiros	14.a	758.951	788.046
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>		<b>377.083</b>	<b>256.263</b>	<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	14.b	<b>1.716.504</b>	<b>1.789.711</b>
Carteira Própria	5.a	376.836	253.553	Recursos de Aceites Cambiais		596.685	550.982
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	247	2.710	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.119.819	1.238.729
<b>Outros Créditos</b>	6	<b>369.392</b>	<b>287.376</b>	<b>Outras Obrigações</b>		<b>1.083.155</b>	<b>2.112.139</b>
Depósitos no Banco Central		369.392	287.376	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		3.329	3.072
<b>Operações de Crédito</b>		<b>3.857.727</b>	<b>3.466.050</b>	Sociais e Estatutárias		1.123	1.018
Setor Privado	8.c	3.578.858	3.025.636	Fiscais e Previdenciárias	15	42.399	32.609
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	351.643	510.265	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	99.646	104.365
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.e	(72.774)	(69.851)	Diversas	16	936.658	1.971.075
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>(2.775)</b>	<b>(2.619)</b>				
Setor Privado	8.a	113.014	129.163	<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>5.849.616</b>	<b>3.788.874</b>
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(110.812)	(126.396)	<b>Depósitos</b>		<b>1.400.791</b>	<b>370.842</b>
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.e	(4.977)	(5.386)	Depósitos Interfinanceiros	14.a	1.400.791	370.842
<b>Outros Créditos</b>		<b>135.705</b>	<b>133.583</b>	<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	14.b	<b>2.946.669</b>	<b>2.419.937</b>
Créditos Tributários	9.a	75.418	89.742	Recursos de Aceites Cambiais		669.354	519.796
Rendas a Receber	19.d	1.415	3.420	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.277.315	1.900.141
Diversos	10	58.872	40.521	<b>Outras Obrigações</b>		<b>2.052.156</b>	<b>998.095</b>
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>45.848</b>	<b>32.373</b>	Fiscais e Previdenciárias	15	202.264	221.762
Outros Valores e Bens		6.403	1.191	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	63.298	70.550
(Provisão para Desvalorizações)		(12)	(12)	Diversas	16	1.246.604	705.383
Despesas Antecipadas		39.457	31.194				
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>3.741.279</b>	<b>3.229.027</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>1.169.977</b>	<b>1.169.014</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>		<b>289.029</b>	<b>223.819</b>	Capital Social		985.225	985.225
Carteira Própria	5.a	273.156	223.291	De Domiciliados no País		393.015	393.015
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	15.873	528	De Domiciliados no Exterior		592.210	592.210
<b>Operações de Crédito</b>		<b>3.032.176</b>	<b>2.552.403</b>	Reservas de Lucros		185.783	216.259
Setor Privado	8.c	2.959.880	2.307.613	Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.031)	(32.470)
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	8.c	139.049	333.174				
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.e	(65.753)	(88.364)				
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>3.054</b>	<b>2.450</b>				
Arrendamentos a Receber:							
Setor Privado	8.a	166.714	195.316				
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	8.a	(157.200)	(184.996)				
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.e	(6.469)	(7.870)				
<b>Outros Créditos</b>		<b>416.445</b>	<b>438.240</b>				
Créditos Tributários	9.a	232.167	264.904				
Diversos	10	184.278	173.336				
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>575</b>	<b>12.115</b>				
Despesas Antecipadas		575	12.115				
<b>Permanente</b>		<b>1.889.000</b>	<b>2.046.680</b>				
<b>Imobilizado de Uso</b>	11	<b>1.662</b>	<b>1.780</b>				
Outras Imobilizações de Uso		3.357	3.288				
(Depreciações Acumuladas)		(1.695)	(1.508)				
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>	12	<b>1.885.993</b>	<b>2.042.671</b>				
Bens Arrendados		1.827.845	1.975.156				
Superveniência de Depreciação		808.916	886.885				
(Depreciações Acumuladas)		(750.768)	(819.370)				
<b>Intangível</b>	13	<b>1.345</b>	<b>2.229</b>				
Outros Ativos Intangíveis		5.648	5.881				
(Amortizações Acumuladas)		(4.303)	(6.652)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>10.582.884</b>	<b>9.650.810</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>10.582.884</b>	<b>9.650.810</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/6/2018	01/01 a 30/6/2017
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>786.314</b>	<b>925.180</b>
Operações de Crédito		638.206	547.709
Operações de Arrendamento Mercantil		249.251	339.868
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		57.184	48.832
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.c	(69.415)	(27.522)
Resultado das Aplicações Compulsórias		11.088	16.293
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(519.200)</b>	<b>(708.027)</b>
Operações de Captação no Mercado		(222.298)	(312.088)
Operações de Arrendamento Mercantil		(212.329)	(293.061)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(83.573)	(102.878)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>266.114</b>	<b>217.153</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(98.598)</b>	<b>(89.369)</b>
Receitas de Prestação de Serviços		4.494	3.971
Rendas de Tarifas Bancárias	20	37.791	29.097
Despesas de Pessoal		(16.575)	(15.811)
Outras Despesas Administrativas	21	(80.216)	(72.067)
Despesas Tributárias		(16.900)	(8.083)
Outras Receitas Operacionais	22	22.689	24.069
Outras Despesas Operacionais	23	(49.871)	(50.545)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>169.526</b>	<b>127.784</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	24	<b>16.383</b>	<b>12.511</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>185.909</b>	<b>140.295</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	25	<b>(85.655)</b>	<b>(59.422)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(29.619)	(15.556)
Provisão para Contribuição Social		(35.430)	(36.759)
Ativo Fiscal Diferido		(20.606)	(7.107)
<b>Participação dos Empregados no Lucro</b>		<b>(1.376)</b>	<b>(2.174)</b>
<b>Lucro Líquido</b>		<b>98.878</b>	<b>78.599</b>
Nº de Ações (Mil)	18.a	404	404
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		244.748	194.800

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Reserva de Lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva			
<b>Ajustes em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>985.225</b>	<b>28.806</b>	<b>138.754</b>	<b>(5.261)</b>	-	<b>- 1.327.524</b>	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(27.209)	-	(27.209)	
Dividendos com base na Reserva Estatutária	18.b	-	-	(210.000)	-	-	(210.000)	
Lucro Líquido		-	-	-	-	78.699	78.699	
Destinações:								
Reserva Legal	18.d	-	3.935	-	-	(3.935)	-	
Reserva para Reforço de Capital de Giro	18.c	-	-	74.764	-	(74.764)	-	
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>		<b>985.225</b>	<b>32.741</b>	<b>183.518</b>	<b>(32.470)</b>	-	<b>- 1.169.014</b>	
<b>Mudações no Período</b>		<b>-</b>	<b>3.935</b>	<b>(135.236)</b>	<b>(27.209)</b>	-	<b>(158.510)</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>985.225</b>	<b>38.114</b>	<b>97.602</b>	<b>(40.671)</b>	-	<b>- 1.080.270</b>	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	39.640	-	39.640	
Dividendos com base na Reserva Estatutária	18.b	-	-	(48.811)	-	-	(48.811)	
Lucro Líquido		-	-	-	-	98.878	98.878	
Destinações:								
Reserva Legal	18.d	-	4.944	-	-	(4.944)	-	
Reserva para Reforço de Capital de Giro	18.c	-	-	93.934	-	(93.934)	-	
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>		<b>985.225</b>	<b>43.058</b>	<b>142.725</b>	<b>(1.031)</b>	-	<b>- 1.169.977</b>	
<b>Mudações no Período</b>		<b>-</b>	<b>4.944</b>	<b>45.123</b>	<b>39.640</b>	-	<b>- 89.707</b>	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Continua...



## BANCO RCI BRASIL S.A.

CNPJ nº 62.307.848/0001-15

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/6/2018	01/01 a 30/6/2017		
Receitas da Intermediação Financeira		786.314	925.180		
Receitas de Prestação de Serviços e Rendidas de Tarifas Bancárias		42.285	33.068		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(83.573)	(102.878)		
Outras Receitas (Despesas)		(10.799)	(13.965)		
Despesas da Intermediação Financeira		(434.627)	(605.149)		
Insumos de Terceiros		(78.776)	(71.141)		
Serviços de Terceiros		(29.184)	(21.469)		
Outros		(49.592)	(49.672)		
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>220.824</b>	<b>165.115</b>		
Retenções:					
Depreciações e Amortizações		(488)	(504)		
<b>Valor Adicionado Bruto a Distribuir</b>		<b>220.336</b>	<b>164.611</b>		
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>					
Pessoal		15.248	6,9%	15.435	9,4%
Remuneração		11.130		11.227	
Benefícios		2.357		2.354	
FGTS		1.019		965	
Outras		742		889	
Impostos, Taxas e Contribuições		105.258	47,8%	70.055	42,6%
Federais		99.833		66.657	
Municipais		5.425		3.398	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		952	0,4%	422	0,3%
Remuneração de Capitais Próprios		98.878	44,9%	78.699	47,7%
Reinvestimentos de Lucros		98.878		78.699	
<b>Total</b>		<b>220.336</b>	<b>100,0%</b>	<b>164.611</b>	<b>100,0%</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/6/2018	01/01 a 30/6/2017	Ajustado 01/01 a 30/6/2017
<b>Atividades Operacionais</b>				
<b>Lucro Líquido</b>				<b>98.878</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido</b>				<b>319.409</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa				83.573
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.f			14.155
Depreciações e Amortizações				488
Provisão (Reversão) de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	17.c			15.738
Atualização de Depósitos Judiciais	22			(5.557)
Atualização de Impostos a Compensar	22			(1.317)
Insuficiência de Depreciação <sup>(1)</sup>	12			13.115
Depreciação de Bens Arrendados <sup>(1)</sup>				199.214
Outros				(5)
<b>Variáveis em Ativos e Passivos</b>				<b>(313.389)</b>
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos				(9.781)
(Aumento) em Operações de Crédito, Operações de Arrendamento Mercantil <sup>(1)</sup>				(431.472)
(Aumento) em Depósitos no Banco Central				(53.027)
Redução (Aumento) em Outros Créditos				(10.548)
Redução em Despesas Antecipadas				2.558
Aumento (Redução) em Depósitos				270.619
Aumento (Redução) em Outras Obrigações				(14.218)
(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros				(1)
Impostos sobre o Lucro Pagos				(67.519)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>				<b>104.898</b>
<b>Atividades de Investimento</b>				
Aquisição de Imobilizado de Uso				(242)
Aplicações no Intangível				(293)
Alienação de Imobilizado de Uso				19
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento</b>				<b>(223)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Emissões de Obrigações de Longo Prazo				1.193.873
Pagamentos das Obrigações de Longo Prazo				(1.097.288)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	18.b			(79.411)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento</b>				<b>17.174</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				<b>121.849</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>				<b>47.776</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período</b>				<b>169.625</b>

<sup>(1)</sup> As rubricas de 2017 foram ajustadas retrospectivamente para refletir os impactos descritos na Nota Explicativa 2.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banco e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

## 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. A preparação das Demonstrações Financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, tais como provisões para processos judiciais, valor justo de certos instrumentos financeiros e realização de créditos tributários. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Administração do Banco RCI Brasil decidiu segregar nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa em duas linhas destacadas a "Insuficiência de Depreciação" no montante de R\$75.130 e a "Depreciação de Bens Arrendados" R\$217.931 e os impactos reflexos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais - Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil, para o período findo em 30 de junho de 2017. Consequentemente as correspondentes cifras foram reclassificadas para o período findo em 30 de junho de 2018 com o objetivo de melhor apresentação desta peça contábil para fins de comparabilidade.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras para o período findo em 30 de junho de 2018 na reunião realizada em 10 de agosto de 2018.

## 3. Principais Práticas Contábeis

## a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

## b) Ajustamento do Resultado

O regime contábil de ajustamento do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata die*, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

## c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata die*, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

## d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

## e) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata die*.

## f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - Títulos para negociação;
- II - Títulos disponíveis para venda; e
- III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata die*, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
- (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata die*.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

## g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a *hedge* ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de *hedge* contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

- I - *Hedge* de risco de mercado; e
- II - *Hedge* de risco de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e
- (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

## h) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados *pro rata die* até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a valor dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificada de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passa a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização. A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco RCI Brasil normalmente efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquadro não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para operações de crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

## i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

## i.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes imobiliários em decorrência da originção de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

## j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

## j.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

## j.2) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

## j.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logotipos.

## j.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a identificação dos saldos de ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

## j.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

## k) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 17.7) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras.

## l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

Continua...





BANCO RCI BRASIL S.A.

CNPJ nº 62.307.848/0001-15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

m) **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**  
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015). Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

n) **Estimativas Contábeis**  
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Demonstrações Financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste à mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.  
o) **Eventos Subsequentes**  
Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:  
- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e  
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/6/2018	31/12/2017	30/6/2017	31/12/2016
Disponibilidades	29.437	5.765	40.937	23.610
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	140.188	42.011	161.040	17.011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	140.188	42.011	161.040	17.011
<b>Total</b>	<b>169.625</b>	<b>47.776</b>	<b>201.977</b>	<b>40.621</b>

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) **Resumo da Carteira por Categorias**

	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	30/6/2018	30/6/2017
			Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	650.058	(66)	649.992	476.844
<b>Títulos Públicos</b>	253.507	(66)	253.441	92.134
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	253.507	(66)	253.441	92.134
<b>Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos</b>	396.551	-	396.551	384.710
Cotas: Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos) (1)	316.203	-	316.203	253.553
Cotas: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FIDC RCI Brasil I) (2)	30.955	-	30.955	67.959
Cotas: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FIDC RN Brasil) (2)	49.393	-	49.393	63.198
<b>Total</b>	<b>650.058</b>	<b>(66)</b>	<b>649.992</b>	<b>476.844</b>
<b>Circulante</b>			<b>376.836</b>	<b>253.553</b>
<b>Longo prazo</b>			<b>273.156</b>	<b>223.291</b>

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

b) **Abertura por Vencimento**

	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
					49.393
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	316.203	60.633	223.763	49.393	649.992
<b>Títulos Públicos</b>	-	60.633	192.808	-	253.441
LFT	-	60.633	192.808	-	253.441
<b>Títulos Privados</b>	316.203	-	30.955	49.393	396.551
FIDC Venda de Veículos (1)	316.203	-	-	-	316.203
FIDC RCI Brasil I (2)	-	-	30.955	-	30.955
FIDC RN Brasil (2)	-	-	-	49.393	49.393
<b>Total</b>	<b>316.203</b>	<b>60.633</b>	<b>223.763</b>	<b>49.393</b>	<b>649.992</b>

(1) Referem-se a Cotas Sênior e Subordinadas.  
(2) Referem-se a Cotas Subordinadas.

Para a abertura por vencimento da LFT e dos FIDCs foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e dos FIDCs, respectivamente. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

a) **Instrumentos Financeiros Derivativos**  
O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidade a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade. O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preço de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

	30/6/2018			30/6/2017		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
<b>I) Swap - Negociação</b>						
<b>Ativo</b>	651.474	651.474	651.980	2.071.706	2.071.706	2.075.234
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	651.474	651.474	651.980	2.071.706	2.071.706	2.075.234
<b>Passivo</b>	(660.975)	(660.975)	(666.364)	(2.098.699)	(2.098.699)	(2.138.293)
Taxa de Juros Pré - Reais (860.975)	(860.975)	(860.975)	(866.364)	(2.098.699)	(2.098.699)	(2.138.293)
<b>Swap - Negociação</b>	(9.501)	(9.501)	(14.384)	(24.993)	(26.993)	(63.059)
<b>II) Derivativos Utilizados como Instrumentos de Hedge</b>						
<b>Ativo</b>	3.642.418	3.642.418	3.660.813	3.228.746	3.228.746	3.256.162
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	3.642.418	3.642.418	3.660.813	3.228.746	3.228.746	3.256.162
<b>Passivo</b>	(3.723.480)	(3.723.480)	(3.783.243)	(3.239.282)	(3.239.282)	(3.365.180)
Taxa de Juros Pré - Reais (3.723.480)	(3.723.480)	(3.723.480)	(3.783.243)	(3.239.282)	(3.239.282)	(3.365.180)
<b>Hedge de Fluxo de Caixa</b>	(81.062)	(81.062)	(122.430)	(10.536)	(10.536)	(109.018)
<b>Total Diferencial a Receber</b>			16.120			3.238
<b>Circulante</b>			247			528
<b>Longo prazo</b>			15.873			175.315
<b>Total Diferencial a Pagar</b>			(152.934)			(104.365)
<b>Circulante</b>			(99.646)			(70.950)
<b>Longo prazo</b>			(53.288)			(338)
<b>III) Objeto de Hedge - Valor da Curva</b>						
<b>Passivo</b>				3.06/2018	3.06/2017	
<b>Depósitos (Nota 14.a)</b>				(4.082.623)	(3.532.575)	
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI) (1)				(356.761)	(275.476)	
<b>Recursos de Ações e Emissão de Títulos (Nota 14.b)</b>				(3.725.862)	(3.257.099)	
Recursos de Ações Cambiais (1)				(508.628)	(454.611)	
Letras Financeiras - LF (1)				(3.217.234)	(2.802.488)	

(1) São operações com vencimentos entre julho de 2018 e maio de 2022 (30/06/2017 - operações com vencimento entre agosto de 2017 a outubro de 2019), cujos objetos de hedge são captações com operações de certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, recursos de ações cambiais e letras financeiras - LF.

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos.

IV) **Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento - Ativos**

				Valor Referencial	
	30/6/2018	30/6/2017		30/6/2018	30/6/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Operações de Hedge	49.802	601.672	-	651.474	2.071.706
Operações de Swap	424.567	1.399.040	1.818.811	3.642.418	3.228.746
<b>Total</b>	<b>474.369</b>	<b>2.000.712</b>	<b>1.818.811</b>	<b>4.293.892</b>	<b>5.300.452</b>

No período findo em 30 de junho de 2018 foram reconhecidas despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$69.415 no período (30/06/2017 - R\$27.522). O ajuste ao valor de mercado da operação de hedge de fluxo de caixa no montante de R\$1.074 está registrado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

6. **Relações Interfinanceiras**

O montante de R\$369.392 (30/06/2017 - R\$287.376) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de ações cambiais e adicional sobre depósitos.

7. **Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade**

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais. As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil. Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as Yields de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas Yields o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA). O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições. O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira banking, para cada um dos cenários da carteira. Em 30 de Junho de 2018 não apresentava saldo na carteira de negociação.

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxas de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(503)	(9.557)	(18.635)
<b>Total (1)</b>		<b>(503)</b>	<b>(9.557)</b>	<b>(18.635)</b>

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

**Cenário 1:** uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

**Cenário 2:** uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

**Cenário 3:** uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

8. **Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas**

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) **Carteira de Arrendamento**

	30/6/2018	30/6/2017
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	880.038	957.203
Arrendamentos a Receber	279.728	324.479
Valores Residuais a Realizar (1)	600.310	632.724
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(268.012)	(311.392)
Valores Residuais a Balançar	(600.310)	(632.724)
Outros Valores e Bens	890	1.179
Imobilizado de Arrendamento (Nota 12)	1.885.993	2.042.671
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 16)	(1.209.120)	(1.323.531)
<b>Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente</b>	<b>689.479</b>	<b>733.406</b>
<b>Circulante</b>	<b>333.397</b>	<b>356.572</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>356.082</b>	<b>376.834</b>

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$190.559 (30/06/2017 - R\$223.797).

b) **Carteira de Arrendamento por Vencimento**

	30/6/2018	30/6/2017
<b>Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil</b>		
Vencidas	4.728	9.407
A Vencer:		
Até 1 Ano	364.435	390.954
De 1 a 5 Anos	509.137	554.546
Acima de 5 Anos	1.738	2.296
<b>Total</b>	<b>890.038</b>	<b>957.203</b>

  

	30/6/2018	30/6/2017
<b>Carteira de Arrendamento a Valor Presente</b>		
Vencidas	4.191	7.720
A Vencer:		
Até 1 Ano	333.397	356.572
De 1 a 5 Anos	351.105	368.252
Acima de 5 Anos	786	862
<b>Total</b>	<b>689.479</b>	<b>733.406</b>

  

c) **Carteira de Créditos**

	30/6/2018	30/6/2017
Operações de Crédito:		
Financiamentos - Floorplan	1.075.944	943.018
Financiamentos - CDC Veículos	5.462.794	4.390.231
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	489.692	843.439
<b>Total</b>	<b>7.028.430</b>	<b>6.176.688</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.930.501</b>	<b>3.535.901</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>3.097.929</b>	<b>2.640.787</b>

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito

	30/6/2018	30/6/2017
Vencidas	47.256	53.341
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.597.635	1.474.122
De 3 a 12 Meses	2.332.866	2.061.779
De 1 a 5 Anos	3.047.334	2.583.525
Acima de 5 Anos	3.069	3.921
<b>Total</b>	<b>7.028.430</b>	<b>6.176.688</b>

**Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros**  
De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normalizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1º de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

**Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios**  
No período findo em 30 de junho de 2018, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação para os Fundos de Investimentos (FIDC's), referente a financiamento de veículos no montante de R\$114.569 (30/06/2017 - R\$225.080). Em 30 de junho de 2018, o valor presente das operações cedidas é de R\$100.031 (30/06/2017 - R\$91.776).

d) **Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades**

	30/6/2018	30/6/2017
<b>Setor Privado</b>		
Indústria	52.606	47.631
Comércio	1.190.325	1.073.759
Instituições Financeiras	874	314
Serviços e Outros	371.285	275.301
Pessoas Físicas	6.102.125	5.512.542
Agricultura	694	547
<b>Total</b>	<b>7.717.909</b>	<b>6.910.094</b>



## BANCO RCI BRASIL S.A.

CNPJ nº 62.307.848/0001-15

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			30/6/2018 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	-	297.232	-	297.232	-	-	-
A	0,5%	6.209.989	-	6.209.989	31.050	20.763	51.813
B	1%	542.667	170.740	713.407	7.134	-	7.134
C	3%	167.824	133.898	301.722	9.052	-	9.052
D	10%	31.281	34.122	65.403	6.540	-	6.540
E	30%	50.151	14.331	64.482	19.345	-	19.345
F	50%	216	13.604	13.820	6.910	-	6.910
G	70%	59	8.888	8.947	6.263	-	6.263
H	100%	295	42.612	42.907	42.907	-	42.907
<b>Total</b>		<b>7.299.714</b>	<b>418.195</b>	<b>7.717.909</b>	<b>129.201</b>	<b>20.763</b>	<b>149.964</b>

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			30/6/2017 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	-	88.092	-	88.092	-	-	-
A	0,5%	5.592.949	-	5.592.949	27.965	20.763	48.728
B	1%	535.828	174.243	710.071	7.101	-	7.101
C	3%	185.775	137.624	323.399	9.702	-	9.702
D	10%	18.111	37.190	55.301	5.530	-	5.530
E	30%	21.931	19.153	41.084	12.325	-	12.325
F	50%	95	14.742	14.837	7.419	-	7.419
G	70%	-	12.249	12.249	8.574	-	8.574
H	100%	-	72.112	72.112	72.112	-	72.112
<b>Total</b>		<b>6.442.781</b>	<b>467.313</b>	<b>6.910.094</b>	<b>150.728</b>	<b>20.763</b>	<b>171.491</b>

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas a mais de 14 dias.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

## f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	30/6/2018	01/01 a 30/6/2018	01/01 a 30/6/2017
<b>Saldo Inicial</b>		<b>159.353</b>	<b>178.820</b>
Constituição (Reversão)		83.573	102.878
Baixas		(92.962)	(110.207)
<b>Saldo Final</b>		<b>149.964</b>	<b>171.491</b>
<b>Circulante</b>		<b>77.751</b>	<b>75.237</b>
<b>Longo Prazo</b>		<b>72.213</b>	<b>96.254</b>

Foram recuperados créditos no valor de R\$14.528 no período (30/06/2017 - R\$9.346), registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de arrendamento mercantil. No período findo em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017, não houve renegociações.

## 9. Créditos Tributários

## a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/6/2018
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	139.935	18.367	(25.911)	132.711
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	5.864	3.998	(1.140)	8.722
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	28.355	2.352	(147)	30.560
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	3.568	471	(264)	3.775
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	6.548	-	(4.515)	2.033
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - PIS/Cofins	-	752	-	(511)
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	43.982	-	(20.667)	23.315
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - PIS/Cofins	5.231	-	(2.424)	2.807
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.142	585	(950)	777
Outras Provisões Temporárias	22.020	924	-	22.944
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>257.397</b>	<b>26.697</b>	<b>(56.209)</b>	<b>227.885</b>
Prejuízos Fiscais	94.580	-	(14.880)	79.700
Total dos Créditos Tributários (1)	<b>351.977</b>	<b>26.697</b>	<b>(71.089)</b>	<b>307.585</b>
<b>Circulante</b>	<b>90.148</b>	-	-	<b>75.418</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>261.829</b>	-	-	<b>232.167</b>

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/6/2017
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	125.136	31.892	(23.165)	133.863
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	5.274	1.396	(63)	6.607
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	23.897	2.853	(2.020)	28.770
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	2.720	620	(32)	3.308
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	17.672	-	(2.627)	15.045
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - PIS/Cofins	1.916	-	(238)	1.678
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	17.472	21.554	-	39.026
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - PIS/Cofins	2.028	2.557	-	4.585
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.111	978	(1.499)	590
Outras Provisões Temporárias	15.476	-	(1.126)	14.350
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>212.702</b>	<b>61.850</b>	<b>(26.730)</b>	<b>247.822</b>
Prejuízos Fiscais	125.178	-	(18.354)	106.824
Total dos Créditos Tributários (1)	<b>337.880</b>	<b>61.850</b>	<b>(45.084)</b>	<b>354.646</b>
<b>Circulante</b>	<b>76.986</b>	-	-	<b>89.742</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>260.894</b>	-	-	<b>264.904</b>

(1) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/2015, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados de acordo com a expectativa de realização.

Em 30 de junho de 2018 e 2017, o Banco RCI não possui créditos tributários não ativos.

## b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais		Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais	Total	
2018	22.903	18.322	341	-	41.566	
2019	41.019	24.644	682	1.359	67.704	
2020	31.540	18.924	622	16.482	67.568	
2021	31.409	18.819	561	17.034	67.823	
2022	9.122	5.104	561	24.258	39.045	
2023 a 2025	1.862	1.169	281	20.567	23.879	
<b>Total</b>	<b>137.855</b>	<b>86.982</b>	<b>3.048</b>	<b>79.700</b>	<b>307.585</b>	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros. O estudo técnico de realização dos créditos tributários foi aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 10 de agosto de 2018.

## c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$262.152 (30/06/2017 - R\$301.168), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

## 10. Outros Créditos - Diversos

	30/6/2018	30/6/2017
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	161.628	153.674
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.579	1.377
Para Interposição de Recursos Cíveis	20.203	18.193
Impostos e Contribuições a Compensar	8.512	7.720
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 19.d)	48.104	24.770
Outros	3.124	8.123
<b>Total</b>	<b>243.150</b>	<b>213.857</b>
<b>Circulante</b>	<b>58.872</b>	<b>40.521</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>184.278</b>	<b>173.336</b>

## 11. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	30/6/2018 Residual	30/6/2017 Residual
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.433	(600)	833	739
Sistemas de Segurança e Comunicações	115	(93)	22	34
Sistemas de Processamento de Dados	648	(532)	116	187
Benefetorias em Imóveis de Terceiros	1.159	(470)	689	814
Imobilizações em Curso	2	-	2	6
<b>Total</b>	<b>3.357</b>	<b>(1.695)</b>	<b>1.662</b>	<b>1.780</b>

## 12. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 8.a), e tem a seguinte composição:

	30/6/2018	30/6/2017
Veículos e Afins	1.827.193	1.974.328
Máquinas e Equipamentos	29	29
Depreciações Acumuladas	(750.798)	(819.370)
Superveniências de Depreciações	808.916	886.885
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	623	799
<b>Total</b>	<b>1.885.993</b>	<b>2.042.671</b>

Os bens estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor do Banco RCI Brasil. Foi registrada uma despesa de insuficiência de depreciação no valor de R\$13.115 (30/06/2017 - R\$75.130), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

## 13. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de softwares - desenvolvimento de software externo no valor de R\$5.648 (30/06/2017 - R\$5.881) como custo de aquisição e R\$4.303 (30/06/2017 - R\$3.652) de amortização acumulada.

## 14. Captação de Recursos

## a) Depósitos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/6/2018 Total	30/6/2017 Total
Depósitos Interfinanceiros (1)	152.507	606.444	1.400.791	2.159.742	1.158.888
<b>Total</b>	<b>152.507</b>	<b>606.444</b>	<b>1.400.791</b>	<b>2.159.742</b>	<b>1.158.888</b>
<b>Circulante</b>				<b>758.951</b>	<b>788.046</b>
<b>Longo Prazo</b>				<b>1.400.791</b>	<b>370.842</b>

(1) Inclui o valor de R\$356.761 (30/06/2017 - R\$275.476) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de hedge fluxo de caixa (Nota 5.c.iii).

## b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/6/2018 Total	30/6/2017 Total
Recursos de Aceites Cambiais (1)(2)	207.478	389.207	669.354	1.266.039	1.070.778
Letras Financeiras (2)(4)	-	1.119.819	2.277.315	3.397.134	3.138.870
<b>Total</b>	<b>207.478</b>	<b>1.509.026</b>	<b>2.946.669</b>	<b>4.663.173</b>	<b>4.209.648</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.716.504</b>	<b>1.789.711</b>
<b>Longo Prazo</b>				<b>2.946.669</b>	<b>2.419.937</b>

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas de 90% a 101% do CDI (30/06/2017 - 100% a 104% do CDI).

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal de R\$150. Possui data de emissão entre outubro de 2015 e abril de 2018 e possuem prazo de vencimento até entre outubro de 2018 e abril de 2022.

(3) Em 30 de junho de 2018, inclui o valor de R\$508.628 (30/06/2017 - R\$454.611) de Letras de Câmbio - LC, objeto de hedge fluxo de caixa (Nota 5.c.iii).

(4) Em 30 de junho de 2018, inclui o valor de R\$3.217.234 (30/06/2017 - R\$2.802.488) de Letras Financeiras - LF, objeto de hedge fluxo de caixa (Nota 5.c.iii).

## 15. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	30/6/2018	30/6/2017
Provisão para Tributos Diferidos (Nota 15.a)	210.551	221.774
Impostos e Contribuições a Pagar	6.862	2.862
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	27.250	29.913
<b>Total</b>	<b>244.663</b>	<b>254.371</b>
<b>Circulante</b>	<b>42.399</b>	<b>32.609</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>202.264</b>	<b>221.762</b>

## a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/6/2018
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	113	-	113
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - PIS/Cofins	-	13	-	13
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	100	7.215	-	7.315
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - PIS/Cofins	12	869	-	881
Superveniência de Arrendamento Mercantil	205.684	-	(3.455)	202.229
<b>Total</b>	<b>205.796</b>	<b>8.210</b>	<b>(3.455)</b>	<b>210.551</b>

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/6/2017
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	391	-	(391)	-
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - PIS/Cofins	43	-	(43)	-
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	889	-	(842)	47
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - PIS/Cofins	103	-	(97)	6
Superveniência de Arrendamento Mercantil	240.504	-	(18.783)	221.721
<b>Total</b>	<b>241.930</b>	<b>-</b>	<b>(20.156)</b>	<b>221.774</b>

## b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	
2018	469	375	91	



## BANCO RCI BRASIL

## BANCO RCI BRASIL S.A.

CNPJ nº 62.307.848/0001-15

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 17. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

## a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2018 e 2017, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

## b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/6/2018	30/6/2017
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 16)	128.439	120.180
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 16)	30.783	23.892
Ações Trabalhistas	9.246	7.970
Ações Cíveis	21.537	15.922
<b>Total</b>	<b>159.222</b>	<b>144.072</b>

## c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/6/2018		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>123.996</b>	<b>8.704</b>	<b>14.306</b>
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias (1)	5.716	555	9.467
Pagamentos	(1.273)	(13)	(2.236)
<b>Saldo Final</b>	<b>128.439</b>	<b>9.246</b>	<b>21.537</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos (2)	161.628	1.579	20.203

	01/01 a 30/6/2017		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>110.780</b>	<b>6.476</b>	<b>12.559</b>
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias (1)	11.427	1.494	6.514
Pagamentos	(2.027)	-	(3.151)
<b>Saldo Final</b>	<b>120.180</b>	<b>7.970</b>	<b>15.922</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos (2)	153.674	1.377	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

## Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são: PIS e Cofins - R\$13.412 (30/06/2017 - R\$12.884); o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$106.339 (30/06/2017 - R\$101.242); Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

## e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisional de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

## f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível no montante aproximado de R\$48.571 para ações cíveis, R\$5.448 para ações trabalhistas e R\$224.588 para ações fiscais. A natureza das ações se assemelha as descritas nos itens "b", "c" e "d" (30/06/2017 - R\$47.753, R\$2.913 e R\$30.043, respectivamente).

## 18. Patrimônio Líquido

## a) Capital Social

Em 30 de junho de 2018 e 2017 o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações).

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
<b>Total</b>	<b>202.512</b>	<b>201.941</b>	<b>404.453</b>

## b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

	30/6/2018					
	Em Milhares de Reais			Reais por Ação		
	Bruto	IRRF	Líquido	Ordinárias	Preferenciais	Líquido
Dividendos (1) (2)	48.811	-	48.811	114,94	126,44	114,94
Juros sobre o Capital Próprio (2)	36.000	5,400	30,600	84,78	93,25	72,06
<b>Total</b>	<b>84.811</b>	<b>5.400</b>	<b>79.411</b>			

	30/6/2017					
	Em Milhares de Reais			Reais por Ação		
	Bruto	IRRF	Líquido	Ordinárias	Preferenciais	Líquido
Dividendos (1) (2)	210.000	-	210.000	494,53	543,98	494,53
Juros sobre o Capital Próprio (2)	97.828	14,674	83.154	230,37	253,41	195,82
<b>Total</b>	<b>307.828</b>	<b>14.674</b>	<b>293.154</b>			

(1) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 4 de maio de 2018 e pagamento efetuado em 11 de maio de 2018.

(2) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2017 e pagamento efetuado em 20 de fevereiro de 2018.

(3) Deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2017 e pagamento efetuado em 2 e 4 de maio de 2017.

(4) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 30 de novembro de 2016 e pagamento efetuado em 16 de janeiro e 16 de fevereiro de 2017.

(5) Deliberado com base na Reserva para Reforço de Capital de Giro.

## c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

## d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

## 19. Partes Relacionadas

## a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2018 foi fixado o valor máximo de R\$5.380 (2017 - R\$3.424). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI e no Banco Santander.

## a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

## a.2) Benefícios de Curto Prazo

	01/01 a 30/6/2018	01/01 a 30/6/2017
Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva		
Remuneração Fixa	810	756
Remuneração Variável	249	218
Outras	530	472
<b>Total</b>	<b>1.589</b>	<b>1.446</b>

Adicionalmente, no período findo em 30 de junho de 2018 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$583 (30/06/2017 - R\$487).

## b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Companhia, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Companhia;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

## c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

## d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutabilidade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras vantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/6/2018	30/6/2017	30/6/2018	30/6/2017
<b>Disponibilidades</b>	<b>29.606</b>	<b>40.937</b>	-	-
Banco Santander (2)	29.606	40.937	-	-
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>115.009</b>	<b>56.000</b>	<b>2.954</b>	<b>1.434</b>
Banco Santander (2)	115.009	56.000	2.954	1.434
<b>Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria</b>	<b>396.551</b>	<b>384.710</b>	<b>44.574</b>	<b>36.624</b>
FIDC Venda de Veículos (2)	316.203	253.553	11.681	12.275
FIDC RCI Brasil (2)	30.955	67.959	16.472	8.723
FIDC RN Brasil (2)	49.393	63.198	16.421	15.626
<b>Operações de Crédito</b>	<b>493.406</b>	<b>648.595</b>	<b>29.289</b>	<b>37.288</b>
Renault do Brasil S.A. (4)	1.689	1.923	10.855	12.751
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. (4)	376	529	2.348	2.972
Nissan do Brasil S.A. (4)	1.649	2.704	15.026	21.565
FIDC RCI Brasil (2)	156.792	470.045	-	-
FIDC RN Brasil (2)	332.900	373.394	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (2) (3)	<b>49.519</b>	<b>28.190</b>	<b>130.160</b>	<b>154.564</b>
Renault do Brasil S.A. (4)	41.259	20.871	101.732	124.841
Nissan do Brasil S.A. (4)	8.260	7.319	27.998	29.399
FIDC Venda de Veículos (2)	-	-	90	-
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (2)	-	-	340	324
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>(1.897.954)</b>	<b>(883.411)</b>	<b>(60.841)</b>	<b>(39.322)</b>
Banco Santander (2)	(1.897.954)	(883.411)	(60.841)	(39.322)
<b>Recursos de Aceites Cambiais</b>	<b>(498.263)</b>	<b>(441.866)</b>	<b>(12.676)</b>	<b>(27.370)</b>
Renault do Brasil S.A. (4)	(357.704)	(366.761)	(8.835)	(23.055)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A. (2)	(104.544)	(64.614)	(2.951)	(3.981)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda. (4)	(36.015)	(10.491)	(890)	(334)
<b>Letras Financeiras</b>	-	-	-	(490)
Renault do Brasil S.A. (4)	-	-	-	(490)
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas</b>	<b>(15.342)</b>	<b>(14.851)</b>	<b>(34.494)</b>	<b>(27.669)</b>
Banco Santander (2)	-	-	(11.382)	(4.806)
RCI Banque (1) (2)	(6.263)	-	(900)	-
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (1) (2)	(2.665)	(3.171)	(7.644)	(9.398)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2) (3)	-	(237)	-	(1.143)
Nissan do Brasil S.A. (4)	(6.414)	(11.443)	(14.568)	(12.322)
<b>Outras Obrigações - Diversas</b>	<b>(434.055)</b>	<b>(761.845)</b>	<b>(44.640)</b>	<b>(55.599)</b>
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	-	-	(271)	(278)
Renault do Brasil S.A. (4)	(32)	(21)	(168)	(242)
Nissan do Brasil S.A. (4)	(6)	(14)	(57)	(81)
FIDC RCI Brasil e FIDC RN Brasil (2) (3)	(434.017)	(761.810)	(44.144)	(54.998)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.

(3) Controladores da Companhia (Nota 19.c).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(7) Atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. que incorporou a Isban Brasil S.A. em fevereiro de 2018. Subsidiária do controlador Banco Santander.

(8) Controladas da controladora RCI Banque.

(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas.

(10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos - Diversos.

## 20. Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 30/6/2018	01/01 a 30/6/2017
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	34.372	26.307
Outras	3.419	3.060
<b>Total</b>	<b>37.791</b>	<b>29.097</b>

## 21. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/6/2018	01/01 a 30/6/2017
Serviços do Sistema Financeiro	17.569	11.679
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	29.184	21.469
Propaganda e Publicidade	16.025	16.193
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos (Nota 19.d)	7.644	9.398
Convênio Operacional RCI Banque (Nota 19.d)	900	-
Serviços de Processamento de Dados	1.992	6.268
Transportes e Viagens	1.923	1.132
Outras	4.979	5.928
<b>Total</b>	<b>80.216</b>	<b>72.067</b>

## 22. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/6/2018	01/01 a 30/6/2017
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	12	1.204
Atualização de Depósitos Judiciais	5.557	7.231
Atualização de Impostos a Compensar	1.317	2.271
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	1.003	1.235
Recuperação de Encargos e Despesas (1)	14.772	11.173
Outras	28	955
<b>Total</b>	<b>22.689</b>	<b>24.069</b>

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de crédito.

## 23. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/6/2018	01/01 a 30/6/2017
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	23.754	17.681
Provisões Operacionais		
Fiscais	2.157	4.926
Cíveis (Nota 17.c)	9.467	6.514
Trabalhista (Nota 17.c)	555	1.494
Gastos com Contratos em Atraso	5.558	5.897
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	753	1.354
Atualização Monetária Contingência Fiscal	3.299	6.108
Procedimentos e Custas Processuais	1.647	674
Outras	2.681	5.871
<b>Total</b>	<b>49.871</b>	<b>50.545</b>

## 24. Resultado Não Operacional

	01/01 a 30/6/2018	01/01 a 30/6/2017
Resultado na Alienação de Imobilizado de Arrendamento	16.428	12.530
Perdas de Capital	(45)	(74)
Dividendos Prescritos	-	55
<b>Total</b>	<b>16.383</b>	<b>12.511</b>

Continua...



## BANCO RCI BRASIL S.A.

CNPJ nº 62.307.848/0001-15

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

## 25. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/6/2018	01/01 a 30/6/2017
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>185.909</b>	<b>140.295</b>
Participações no Lucro	(1.376)	(2.174)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>184.533</b>	<b>138.121</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente</b> <sup>(1)</sup>	<b>(83.040)</b>	<b>(62.154)</b>
Despesas Indeclináveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	2.065	2.813
CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízos Fiscais <sup>(1)</sup>	-	(14.046)
Deduzidos Ajustes, CSLL 5%	(4.886)	-
Deduzidos Ajustes	206	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(85.655)</b>	<b>(59.422)</b>

<sup>(1)</sup>Majoração Provisória da alíquota da CSLL, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
Presidente			Suplente do Presidente do Conselho		
Géraud Henri Louis Loefer			Jean-Marc Marie Bernard Saugier		
Conselheiros Efetivos					
Angel Santodomingo Martell	Andre de Carvalho Novaes	Gustavo de Sousa Santos	Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee	Patrick Jean Michel Claude	
Conselheiros Suplentes					
Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli	Frederic Schneider	Ricardo Olivares de Magalhães	Thomas Gregor Ilg		
DIRETORIA					
Diretor Presidente	Diretor Geral	Diretor de Relações Institucionais	Diretor Administrativo Financeiro	Diretor de Risco	
Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee	Frederic Schneider	Andre de Carvalho Novaes	Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli	Diogo Novo Cesarino	
Contador					
José Eduardo Fernandes - CRC SP-269858/O-6					

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas do  
Banco RCI Brasil S.A.  
Curitiba - PR

## Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para Opinião com ressalva" abaixo, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco RCI Brasil S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

## Base para Opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência e insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações contábeis nº 3.1.4. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado líquido e do patrimônio líquido, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

## - Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado em nota explicativa nº 3.h, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Banco classifica suas operações (que compreendem as operações de crédito e de arrendamento mercantil), em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas definidos na regulamentação vigente, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Banco aplica os percentuais de perda determinados pela regulamentação a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamento do Banco, baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco, quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, às incertezas e julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e ao impacto que eventual alteração das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

## Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Availamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pelo Banco e relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos níveis de risco ("ratings") das operações de crédito e de arrendamento mercantil e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Com base em amostragem, avaliamos se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação vigente, relacionados à apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa e se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas na nota explicativa nº 8, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o nível de provisionamento e as divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## - Provisões e passivos contingentes fiscais

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.k, o Banco é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas operações. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas complexas e relevantes na mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações das Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

## Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos a determinação do risco processual das causas fiscais para assuntos e valores relevantes do Banco, por meio da avaliação dos critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados, bem como dados e informações históricas. Analisamos também as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores, quando aplicável, as respostas de advogados circulares, conciliação das bases analíticas dos processos fiscais com a posição contábil e confrontamos as atribuições das classificações dos riscos de perda (remoto, possível e provável) com a política do Banco. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas na nota explicativa nº 17, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o nível de provisionamento e as divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## - Realização de ativos fiscais diferidos

As demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários (nota explicativa nº 3.m), relativos as diferenças temporárias de provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para contingências e ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização desses ativos, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação e se o estudo atende as exigências do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

## 26. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

## Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Availamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, implementados pelo Banco e referentes ao processo para a determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados a qual é base para a avaliação sobre a realização dos ativos fiscais diferidos. Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco, o recálculo das projeções baseadas em tais premissas e se o registro dos ativos fiscais diferidos estavam de acordo com as exigências do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas na nota explicativa nº 9, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento do valor dos ativos fiscais diferidos e as divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não tivemos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará os eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Curitiba, 10 de agosto de 2018

Eduardo Tomazelli Remedi  
Contador CRC 1SP259915